



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

A C Ó R D ã O

APELAÇÃO CRIMINAL nº 0004432-96.2011.815.2002 – 6ª Vara Regional de Magabeira/PB

RELATOR: Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho

APELANTE: Ozimara Pontes de Lima

ADVOGADO: Marcos Vinícius Martins Wanderley (OAB/PB 19.711) e Reinaldo Amaral Muribeca Filho (OAB/PB 20.981)

APELADO: Ministério Público Estadual

APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVÍSSIMA. ABORTO. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. NÃO ACOLHIMENTO. UTILIZAÇÃO DE MEIOS DESNECESSÁRIOS E DESPROPORCIONAIS. DESCLASSIFICAÇÃO DE LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA (ABORTO) PARA LESÃO CORPORAL CULPOSA. DESPROVIMENTO. O CRIME DO ART. 129, §2º, INC. V, DO CP É PRETERDOLOSO, HAVENDO DOLO NA LESÃO E CULPA NO ABORTAMENTO, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DESCLASSIFICAÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. VÍTIMA GRÁVIDA, COM ABORTO DECORRENTE DA AÇÃO VIOLENTA DA RÉ. INJÚRIA RACIAL. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. INSUBSISTÊNCIA. DEMONSTRADA A OFENSA À DIGNIDADE COM ELEMENTO REFERENTE À SUA COR, O QUE VIOLA A HONRA SUBJETIVA DA VÍTIMA. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. REDUÇÃO DA PENA. MÍNIMO LEGAL. NÃO ACOLHIMENTO. DESPROVIMENTO DO APELO.

1. As declarações da vítima e das testemunhas em coerência harmônica comprovam a prática do crime de lesão corporal de natureza gravíssima.

2. Para se caracterizar a legítima defesa, mister se presentes, concomitantemente, os requisitos da



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

reação à injusta agressão operada contra si ou contra terceiro, atual ou iminente, com a utilização de meios necessários e moderados, sem os quais o agente deve responder integralmente pelo crime praticado.

3. O crime do art. 129, §2º, inc. V, do CP é preterdoloso, havendo dolo na lesão e culpa no abortamento, motivo pelo qual não há que se falar em desclassificação para lesão corporal culposa

4. Demonstrado nos autos o delito imputado nos termos do art. 140, § 3º, do CP (Injúria Racial) pela conduta da ré que injuriou a vítima, chamando-a de "macaca". "negra safada", "Eita lá vem a macaca" "a macaca tá grávida de um macaquinho" ofendendo-lhe a dignidade com elemento referente à sua cor, o que viola a honra subjetiva da vítima, não há que se falar em absolvição.

5. A presença de circunstâncias judiciais negativas autorizam a fixação da pena base acima do mínimo legal.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal, acima identificados,

ACORDA a Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, a unanimidade, em rejeitar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

RELATÓRIO

Perante a 6ª Vara Regional de Mangabeira/PB, Ozimara Pontes de Lima, devidamente qualificada, foi denunciada como incurso nas sanções do art. 129, § 2º, inciso V (lesão corporal gravíssima) e art. 140, § 3º (injúria racial), ambas do Código Penal.

Consta na peça acusatória, que no dia 09 de outubro de 2010, por volta das 10h30min, no Bairro de Mangabeira II, próximo ao Depósito "Baratão", nesta cidade, a vítima, Regina Aparecida Nascimento da Silva, estava passando na



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

rua em que residia a acusada, momento em que, Ozimara Pontes de Lima apareceu e disse: "Eita, lá vem a macaca. Sai de perto dela. A macaca tá grávida de um macaquinho."

A apelante, ainda chamou a vítima de "negra safada" e deu-lhe um golpe de sombrinha na cabeça, ocasião em que começou uma briga física entre as duas e a acusada ainda deu um chute na barriga de Renata, que estava grávida de dois meses.

No dia seguinte a vítima se dirigiu até a maternidade, quando ficou sabendo que o nascituro estava morto, o que foi constatado, conforme Laudo Traumatológico (fl.17) e Ultrassonografia (fl. 09).

Instruído regularmente o processo e oferecidas as alegações finais pelas partes (fls. 111-114; 115-123), o juiz *a quo* julgou procedente a denúncia, condenando Ozimara Pontes de Lima, nas penas do art. Art. 129, 2º, V e art. 140, § 3º, ambos do Código Penal (fls. 124-133), aplicando a reprimenda da seguinte forma:

Quanto a Lesão Corporal Gravíssima (art. 129, § 2º, inciso V do CP):

Após análise das circunstâncias judiciais, fixou a pena-base em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Tendo em vista o reconhecimento da agravante prevista no art. 61, II, "h" do CP, ou seja, crime praticado contra gestante, aumentou-a em 03 (três) meses de reclusão. Ante a ausência de outras circunstâncias agravantes/atenuantes, causas de aumento/diminuição, tornou a pena definitiva em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto.

Entendendo que o réu não satisfaz as condições previstas no art. 44 e 77 do CP, em virtude de haver sido cometido o crime com violência contra a pessoa, deixou de conceder-lhe os benefícios da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, bem como de suspender a execução da pena pelo prazo de 2 (dois) anos.

Quanto a Injúria Racial (art. 140, § 3º do CP):

Após análise das circunstâncias judiciais, fixou a pena-base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa. Tendo em vista o reconhecimento da agravante prevista no art. 61, II, "h" do CP, ou seja, crime praticado contra gestante, aumentou-a em 03 (três) meses de reclusão e 05 (cinco)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

dias-multa.

Ante a ausência de outras circunstâncias agravantes/atenuantes, causas de aumento/diminuição, tornou a pena definitiva em **01 (ano) ano e 09 (nove) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa**, a ser cumprida em regime semiaberto.

Do Concurso material:

Tendo em vista o cometimento de dois crimes, em momentos próximos, mas decorrentes de condutas diversas, reconheceu o magistrado a incidência do concurso material, pelo que, somou as reprimendas impostas, resultando a pena em **05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa**, a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto.

Irresignado com o decisório adverso, apelou a acusada a esta Superior Instância, propugnando em seu petitório, preliminarmente, pela realização de novas diligências; pelo reconhecimento de nulidade por inépcia da inicial acusatória e falta de justa causa da ação penal.

No mérito, pugna pela absolvição, com fundamento no art. 386, III, VI e VII, do Código de Processo Penal, alegando carência das provas quanto a materialidade dos crimes a ela imputados, postulando a redução das penas-base para o mínimo legal diante das circunstâncias judiciais serem, em sua maioria, benéficas a acusada.

E ainda, que seja substituída a pena privativa de liberdade por multa ou por pena restritiva de direitos, concedendo-se a suspensão condicional do processo. (fls.156-166).

Ofertadas as contrarrazões (fls. 181-185), seguiram os autos, já nesta Instância, à douta Procuradoria de Justiça, que, em parecer, opinou pelo desprovimento do apelo (fls. 192-198).

É o relatório.

VOTO

1.) DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL:

O apelo é tempestivo e adequado, por se tratar de apelação criminal interposta, no dia 21.09.2015 (fl. 136), em face de sentença penal



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

condenatória, em que a ré fora intimada em 16.09.2015 (fl. 135/v), encontrando-se, pois, dentro do prazo legal de 5 (cinco) dias. Além disso, não depende de preparo, já que a presente ação penal é pública, incidindo, então, o teor da Súmula nº 24 deste TJ/PB. Portanto, **conheço** do recurso.

2.) DAS PRELIMINARES:

2.1.) Realização de novas diligências:

A Defesa requer, preliminarmente, a oitiva da testemunha, o Sr. Dimas Flávio Gomes, que é o proprietário da oficina que fica em frente do local onde ocorreu a briga.

Quanto a este pedido, entendemos que não se faz necessária, vez que, isto só seria recomendado se existissem dúvidas acerca da autoria ou materialidade do delito, o que não é o caso dos autos.

Ora, ao apreciar as provas, o Juiz tem a liberdade de interpretá-las de acordo com as impressões que delas extraiu, formando, assim, o seu juízo de valor sobre o caso que lhe foi apresentado, por vigorar, na nossa sistemática processual, o princípio da livre persuasão racional do juiz.

Na hipótese, o magistrado singular se deparou com várias provas orais e, ao sopesar cada uma delas, valeu-se daquelas que melhor lhe serviram para formar sua convicção, cujo direcionamento foi pela condenação. Nesse caminhar, desde que haja fundamentação idônea, a ele é facultado o indeferimento da produção de provas que julgar protelatórias, irrelevantes ou impertinentes.

Ante o exposto, e, sabendo que não há dúvidas a serem sanadas, deve ser indeferido o pedido de novas diligências.

2.2) Da inépcia da inicial acusatória e falta de justa causa da ação penal:

Alega a defesa da apelante em suas razões recursais, que a denúncia deve ser considerada inepta, ao argumento de que não individualiza a atuação da acusada.

Não vejo como prosperar a arguição defensiva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Inexiste inépcia da denúncia se a inicial descreve, satisfatoriamente, a conduta da acusada, propiciando o exercício do contraditório e da ampla defesa. Além disso, apresenta-se preclusa tal alegação, uma vez que já houve decisão condenatória proferida em primeiro grau.

O Ministério Público Estadual descreveu as condutas que configuram os delitos previstos nos arts. 129, § 2º, inciso V e art. 140, § 3º, ambos do Código Penal, portanto, incluídas naquelas em que o legislador entendeu se tratarem de fatos típicos, antijurídicos e culpáveis.

No seio da remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a alegação de inépcia da peça matriz, quando não arguida antes da sentença penal, é acobertada pela preclusão.

Nesse sentido:

“PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PRECLUSÃO. DESNECESSIDADE DE INDICAÇÃO PRECISA DA DATA. 1. O recorrente alegou a inépcia da denúncia apenas em sede de apelação. Ocorre que esta Corte tem posicionamento jurisprudencial no sentido de que com a superveniência de sentença condenatória fica preclusa a alegação de inépcia da denúncia.” (AgRg no Resp n. 1.325.081/SC, Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, Dje 21/2/2014).

“APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA. PRECLUSÃO DA MATÉRIA NÃO ARGUIDA NO CURSO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRECEDENTES DO STJ. PREFACIAL QUE PREENCHE OS PRESSUPOSTOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRELIMINAR REJEITADA. ...” (TJSP; APL 0007758-26.2013.8.26.0050; Ac. 9206886; São Paulo; Quarta Câmara de Direito Criminal; Rel. Des. Euvaldo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Chaib; Julg. 23/02/2016; DJESP 02/03/2016).

“... 1. Afasta-se a preliminar de inépcia nas hipóteses em que a denúncia narra a contento os fatos, em tese, criminosos, imputa de forma escorreita a conduta supostamente praticada pelo agente e atende aos demais requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal. Além disso, a matéria sofre os efeitos da preclusão com a superveniência da sentença de mérito. Precedentes. ...” (TJMG; APCR 1.0672.15.005222-9/001; Rel. Des. Amauri Pinto Ferreira; Julg. 17/02/2016; DJEMG 24/02/2016).

Ademais, quanto a alegação de ausência de justa causa, como se sabe, a superveniência de sentença condenatória também torna precluso tal argumento.

Com efeito, não é correto alegar a falta do lastro mínimo de prova para o exercício da ação após a prolação da sentença, pois, a partir de então, deve-se questionar a própria decisão condenatória e não mais a denúncia (ou queixa) que a deu ensejo, na medida em que eventuais vícios ficam por aquela absorvidos.

Este tem sido o entendimento jurisprudencial:

“84325413 - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. PEDIDO DE TRANCAMENTO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PERDA DO OBJETO. AGRADO NÃO PROVIDO. 1. A superveniência de sentença condenatória. Que considerou apta a denúncia e suficientes as provas para a condenação. Torna sem objeto o recurso em habeas corpus, em que se buscava o trancamento da ação penal por ausência de justa causa. 2. Agravo regimental não provido. (STJ; AgRg-RHC 38.575; Proc. 2013/0182164-8; SP; Sexta Turma; Rel. Min. Rogério Schietti Cruz; DJE 10/10/2016)”.

“48736419 - APELAÇÃO CRIMINAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. PARTICIPAÇÃO



EM DISPUTA AUTOMOBILÍSTICA NÃO AUTORIZADA. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. REJEIÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. RECURSO DESPROVIDO. A incompetência territorial deve ser arguida na resposta à acusação ou em exceção de incompetência, sob pena de preclusão. Após a superveniência de sentença condenatória, não há falar em inexistência de justa causa, sobretudo quando fundada na validade do conjunto probatório carreado aos autos. Provado que o réu dirigiu veículo automotor com capacidade psicomotora alterada, em razão da influência de álcool, e que ele participou de corrida não autorizada, correta a sua condenação pelos crimes previstos nos artigos 306 e 308, ambos do Código de Trânsito Brasileiro. Mitigado o princípio da não culpabilidade, permite-se o início da execução da pena, em caráter provisório. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (TJDF; APR 2013.02.1.001642-7; Ac. 959.873; Primeira Turma Criminal; Rel. Des. Esdras Neves; Julg. 08/08/2016; DJDFTE 22/08/2016)”.

Portanto, não há como acolher a preliminar levantada.

3.) DO MÉRITO:

3.1) Do Pleito Absolutório:

A pretensão recursal consubstancia-se na contrariedade à sentença condenatória proferida pelo magistrado singular, pugnando por sua reforma, no sentido da absolvição da inculpada, aduzindo a defesa que os depoimentos testemunhais foram realizados por pessoas que “apenas ouviram dizer”, bem ainda, que o Laudo Traumatológico fora inconclusivo, pugnando pela aplicação do princípio *in dubio pro réu*.

Alega ainda, que que a acusada praticou o crime para se



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

defender, pugnando para que seja reconhecida a legítima defesa.

Mais uma vez, ousou discordar da zelosa defesa.

A acusada é imputado os delitos descritos nos arts. 129, §2º, V e 140, § 3º, ambos do Código Penal, ex vi:

“Art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

(...)

§ 2º - Se resulta:

V - aborto:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos”.

“Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997).”

No caso em tela, a peça acusatória afirma que a acusada chamou a vítima de "negra safada" e lhe deu um golpe de sombrinha na cabeça, em seguida, deu um chute na barriga da vítima que estava grávida de dois meses. A briga foi apartada pelos vizinhos e a vítima ficou sabendo que havia perdido o bebê.

A descrição do fato na peça inaugural adequa-se aos tipos penais de lesão corporal gravíssima e injúria racial. Vejamos:

Cumprе esclarecer, inicialmente, que não há como se falar em legítima defesa, uma vez que, a acusada não utilizou-se do meio que dispôs de maneira comedida, regrada e contida, suficientes para fazer cessar a suposta violência contra si perpetrada, conforme demonstrado nos Laudos colacionados.

Para caracterização da legítima defesa é indispensável que o agente esteja reagindo contra aquele que está praticando uma agressão, que essa seja atual ou iminente e ainda, injusta, ou seja, contrária ao ordenamento jurídico, utilizando-se, o agressor dos meios necessários para repelir tal agressão.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

A propósito a jurisprudência:

“Não há como acolher o argumento de excludente de ilicitude se não caracterizada a ocorrência de agressão atual ou iminente, de modo a configurar legítima defesa, conforme dispõe o art. 25 do CP” (STF-RT 767/520).

Eis que, no caso dos autos, não há características de legítima defesa, uma vez que, a acusada não utilizou-se do meio que dispôs de maneira comedida, regrada e contida, suficientes para fazer cessar a suposta violência contra si perpetrada, conforme demonstrado nos Laudos colacionados.

Restando provado que a acusada agiu de forma desproporcional, tendo em vista que sabia que a vítima estava grávida, o que por si só, já denota uma situação de vulnerabilidade por parte da mesma, e ainda assim, incitou-a e agrediu-a.

Na verdade, há no caderno processual provas suficientes da materialidade delitiva, eis que, conforme o Laudo Traumatológico de fls. 16-17, o mesmo informa que a vítima Regina Aparecida Nascimento da Silva estava grávida de mais ou menos dois meses e que ao ser realizado exame obstétrico e ultrassonografia dois dias após a agressão sofrida pela vítima, constatou-se “aborto retido”.

Portanto, o laudo pericial em comento encontra-se válido e legalmente hábil como meio de prova, sendo inconsistente o pleito pelo reconhecimento de sua nulidade.

Quanto a autoria delitiva, a vítima e as testemunhas foram uníssonas em seus depoimentos:

Eis as declarações da vítima Regina Aparecida Nascimento da Silva, prestadas em Juízo conforme de verifica às fls. 57-58:

" (...) Que as expressões injuriosas “Eita, lá vem a macaca, sai de perto dela, a macaca tá grávida de um macaquinho” foram ditas pela denunciada em via pública, precisamente na rua da casa da acusada (...) Que nesse momento a declarante estava sentada e ao



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

levantar da cadeira recebeu uma pancada na cabeça com uma sobrinha tendo a declarante puxado a sobrinha, que quebrou e cortou o dedo da acusada; Que em seguida a acusada deu um chute na barriga da declarante; Que a declarante estava grávida de dois meses; Que no dia seguinte (um domingo) ao fato narrado a declarante começou a sentir cólicas; Que na segunda-feira a declarante se dirigiu a Delegacia e foi orientada a se dirigir a Maternidade Cândida Vargas, onde se submeteu a ultrassom e transvaginal, e verificou que havia perdido o bebê. (...) Que a acusada tinha conhecimento que a declarante estava grávida."

Vejamos, ainda, as palavras da testemunha Maria Betânia da Silva Leal (fl. 59):

" (...) Que a acusada sempre xingava a vítima de negra safada e outros impropérios em razão de sua cor, mas não sabe a razão de sua atitude; (...) Que tomou conhecimento de que a acusada chutou a barriga da vítima e que a vítima estava grávida de dois meses; que depois dessa agressão, a vítima começou a sentir dores, tendo procurado a maternidade e lá chegando constatou a morte do feto; que a vítima ficou internada na maternidade para fazer a curetagem (...)".

E ainda, Fernanda dos Santos Barbosa (fl. 60):

" (...) Que presenciou quando a acusada xingou a vítima com expressão: a macaca está grávida de um macaquinho"; Que era costume sempre que via a vítima xingá-la em razão de sua cor (...) Que soube através de Regina que a acusada havia agredido a vítima com uma sobrinha e chutando a sua barriga; Que todo mundo sabia da gravidez de Regina e estavam programando um chá de bebê; que crê que a vítima foi a maternidade no dia seguinte ao chute (...) ."



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Ademais, até mesmo as testemunhas arroladas na defesa confirmam que houve discussão entre a acusada e a vítima. Vejamos as palavras de Simone Gomes da Silva à fl. 61):

" (...) Que presenciou quando vitima e acusada estavam se agredindo mutuamente, isto é, se agarrando, se pegando; Que o proprietário da oficina foi quem apartou a briga entre acusada e vitima; Que sabia que Regina estava grávida"

E ainda as palavras de Juliana Gomes da Silva à fl. 62:

"(...) mora perto da casa das envolvidas; Que determinado dia, a depoente ia trabalhar, e quando estava a caminho da parada de ônibus, ouviu uns gritos de pessoas anunciando uma briga, e ouviu e viu Regina chamando Ozimara de aidética... viu vitima e acusada puxando uma a outra, ambas em pé e a sogra de Ozimara no meio (...)."

Portanto, resta devidamente comprovada a autoria do delito de lesão corporal gravíssima.

Outrossim, quanto a autoria delitiva prevista no art. 140, § 3º, do Código Penal, conforme se depreende dos depoimentos colacionados aos autos, resta o mesmo devidamente demonstrado.

Ora, o delito de injúria qualificada pelo racismo consiste em ofender a dignidade ou o decoro de alguém mediante a utilização de elementos de raça ou cor entre outros.

No caso em tela, a peça acusatória afirma que a vítima ouviu palavras como "macaca" e que estaria grávida de um "macaquinho". Tais palavras são injuriosas, pois apresentam um conteúdo malicioso e denotam a intenção de menosprezar, ridicularizar, alguém. E como a vítima é pessoa afrodescendente as expressões narradas na peça vestibular apresentam conotação jocosa e maliciosa.

A jurisprudência é clara ao dizer que a palavra forte e convicta da vítima, corroborada pelos laudos periciais e prova testemunhal, é suficiente para



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

um juízo de condenação:

Este é o entendimento da jurisprudência pátria:

“83028934 - LESÃO CORPORAL DOLOSA. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR. CONDENAÇÃO MANTIDA. Em termos de prova convincente, a palavra da vítima, evidentemente, prepondera sobre a do réu. Esta preponderância resulta do fato de que uma pessoa, sem desvios de personalidade, nunca irá acusar inocente da prática de um delito, quando isto não ocorreu. E quem é acusado, em geral, procura fugir da responsabilidade de seu ato. Portanto, tratando-se de pessoa idônea, não se poderá imaginar que ela vá mentir em juízo. Na hipótese, a vítima foi firme em afirmar que os recorrentes a agrediram, provocando-lhe lesões corporais de natureza grave, o que foi constatado pelo laudo. Suas palavras encontraram apoio nas demais provas do processo. Decisão: Apelos defensivos desprovidos. Unânime. (TJRS; ACr 91798-47.2014.8.21.7000; São Gabriel; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Sylvio Baptista; Julg. 30/04/2014; DJERS 28/05/2014)”.

“48523720 - APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. DEBILIDADE PERMANENTE DA FUNÇÃO AUDITIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. REJEIÇÃO. CITAÇÃO PESSOAL CERTIFICADA POR OFICIAL DE JUSTIÇA. CERTIDÃO QUE POSSUI FÉ PÚBLICA. MÉRITO. PLEITOS ABSOLUTÓRIO E DESCLASSIFICATÓRIO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS. DEPOIMENTO JUDICIAL DA VÍTIMA. LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

ATESTANDO LESÃO QUE RESULTOU EM DEBILIDADE PERMANENTE DA FUNÇÃO AUDITIVA. DEPOIMENTO JUDICIAL DE TESTEMUNHA PRESENCIAL DOS FATOS. RECURSO CONHECIDO, PRELIMINAR REJEITADA E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. 1. Comprovado nos autos por certidão emitida por oficial de justiça - a qual possui fé pública - que o apelante foi pessoalmente citado, incabível a preliminar de nulidade processual por ausência de citação válida. 2. A palavra da vítima, quando corroborada por laudo de exame de lesões corporais e pelos depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo, autoriza a condenação do réu pelo crime de lesão corporal grave por ter resultado em debilidade permanente da função auditiva. 3. Recurso conhecido, preliminar rejeitada e, no mérito, não provido para manter incólume a sentença que condenou o apelante nas sanções do artigo 129, § 1º, incisos III, do Código Penal, à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e 50 (cinquenta) dias-multa, à razão de 01 (um) salário mínimo vigente à época dos fatos. (TJDF; Rec 2007.01.1.106167-6; Ac. 713.885; Segunda Turma Criminal; Rel. Des. Roberval Casemiro Belinati; DJDFTE 25/09/2013; Pág. 238)".

Em conclusão, as provas carreadas apontaram insofismavelmente para a autoria delitiva na pessoa da recorrente, notadamente, quanto aos crimes previstos nos arts. 129, §2º, V e 140, § 3º, ambos do Código Penal, não se havendo falar em reforma da sentença de fls. 124-133.

3.2) Desclassificação para lesão corporal culposa:

Não reconhecendo a atipicidade em virtude da aplicação do princípio *in dubio pro réu*, pugna a defesa para que o crime seja desclassificado para lesão corporal culposa (art. 129, §6º do CP), por imprudência da recorrente no momento do fato, ao argumento de que não sabia que a vítima estaria grávida.

O crime previsto no art. 129, §2º, inc. V, do CP é preterdoloso,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

havendo dolo na lesão e culpa no abortamento, motivo pelo qual não há que se falar em desclassificação para lesão corporal culposa.

3.3) Redução da pena:

Pugna a defesa, subsidiariamente, pela redução da reprimenda aplicada, postulando a redução das penas-base para o mínimo legal diante das circunstâncias judiciais serem, em sua maioria, benéficas a acusada.

E ainda, que seja substituída a pena privativa de liberdade por multa ou por pena restritiva de direitos, concedendo-se a suspensão condicional do processo.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a fixação da pena é questão que se insere na órbita de convencimento do magistrado, no exercício de seu poder discricionário de decidir a quantidade que julga suficiente na hipótese concreta, para a reprovação e prevenção do crime, desde que observados os vetores inculpidos no art. 59 do CP e os limites estabelecidos pela norma penal.

Colhe-se da doutrina:

"A fixação da pena dentro das balizas estabelecidas pelas margens penais constitui, conforme o art. 59 do CP, uma tarefa que o juiz deve desempenhar de modo discricionário, mas não arbitrário. O juiz possui, no processo individualizador da pena, uma larga margem de discricionariedade, mas não se trata de discricionariedade livre e, sim, como anota Jescheck (Tratado de Derecho Penal, vol. II/1191, 1981), de discricionariedade juridicamente vinculada, posto que está preso às finalidades da pena e aos fatores determinantes do 'quantum' punitivo.

In casu, o magistrado sentenciante, na 1ª fase de aplicação das penas, analisou-as de forma individualizada e valorada as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, em relação a apelante.

Ao contrário do entendimento apresentado pela irresignação, tem-se que o quantitativo de pena-base fixado na sentença mostra-se proporcional ao número de vetores desfavoráveis a inculpada, bem como, às circunstâncias do caso



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

concreto, justificando plenamente o quantum final da reprimenda imposta.

Com efeito, para a fixação da pena-base devem ser observadas as especificidades de cada caso concreto, sem critérios rígidos e pré-definidos, o que faz com que o magistrado possa chegar a um quantum justo e adequado para aquele determinado fato criminoso. O juiz não deve ser tolhido de seu poder de, em cada caso, aferir a pena justa e necessária.

É assente na jurisprudência o critério de que a pena-base deve se afastar do patamar mínimo, na proporção das circunstâncias desfavoráveis, tendo como teto termo médio.

Vejamos o posicionamento jurisprudencial:

“3103863 - APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL GRAVE. CRIME CONTRA A PESSOA. INJUSTA AGRESSÃO. INOCORRÊNCIA. LEGÍTIMA DEFESA. NÃO COMPROVADA. CONDENAÇÃO MANTIDA. REDUÇÃO DA PENA-BASE PARA O MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. Encontrando-se comprovadas a autoria e a materialidade do delito de lesão corporal, impõe-se a condenação. 2. Não restam comprovados os requisitos da legítima defesa nos termos do art. 25 do Código Penal. 3. A existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao agente fundamenta a aplicação da pena acima do mínimo legal, pena aplicada no quantum adequado. (TJRO; APL 0003664-40.2011.8.22.0010; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Hiram Souza Marques; Julg. 26/06/2014; DJERO 04/07/2014; Pág. 92)

“56060644 - APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL GRAVE E GRAVÍSSIMA. Artigo 129, § 1º, inciso I, e § 2º, inciso IV, do Código Penal. Irresignação. Pretendida absolvição pela legítima defesa. Impossibilidade. Causa excludente não evidenciada. Redução da reprimenda. Dosimetria de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

acordo com o critério trifásico. Manutenção da pena aplicada. Extensão dos efeitos do julgamento do recurso ao corrêu. Inaplicabilidade. Desprovimento do apelo. Para se configurar a legítima defesa mister que haja reação a uma agressão atual ou iminente e injusta, em defesa de direito próprio ou alheio, com uso moderado dos meios necessários, o que não se verifica na hipótese vertente. Irretocável a reprimenda fixada na sentença de primeiro grau quando a magistrada sentenciante analisa minuciosamente as circunstâncias judiciais, conforme o art. 59 do Código Penal, obedecendo, ainda, o critério trifásico da dosimetria da pena. Mantida a pena fixada no primeiro grau, não há que se falar na aplicação do efeito expansivo subjetivo do recurso ao corrêu, consoante pleiteado pelo apelante. (TJPB; ACr 0000294-32.2006.815.0751; Câmara Especializada Criminal; Rel. Des. Arnóbio Alves Teodósio; DJPB 30/05/2014; Pág. 23)”.

Diante desse contexto, e tendo em vista que as basilares aplicadas representam quantitativo necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime, notadamente, no que se refere a aplicação da pena-base, atendendo ao princípio da proporcionalidade, mostrando equilíbrio entre o mal cometido e a retributividade da pena. Por tais razões, não merece prosperar a inconformidade defensiva.

Portanto, razão não assiste ao apelante, nesse aspecto, pois a orientação predominante no ordenamento jurídico pátrio reside na possibilidade de fixação da pena-base acima do patamar mínimo legal, quando desfavoráveis as circunstâncias judiciais.

Em segunda fase, acertadamente, reconheceu o magistrado a circunstância agravante prevista no artigo 61, II, h, quanto ao delito previsto no art. elevando-a ao patamar de três anos e nove meses de reclusão quanto ao delito previsto no art. 129 §3º do CP e em em três meses, quanto ao crime previsto no art. 140, §3º do CP.

Ao final, reconhecendo o magistrado a incidência do concurso material de crimes, corretamente somou as reprimendas impostas, restando uma



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

pena definitiva de **05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias multa**, a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto.

Por fim, também é impossível atender ao pleito de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a suspensão condicional do processo, eis que a acusada não preenche os requisitos estabelecidos em lei.

Assim, vê-se que a sentença lançada em primeira instância exaustivamente justificou sua dosimetria penal, se pautando em critérios justos e equânime, diante da qual os argumentos expostos na peça recursal são incapazes de modificar a sentença de primeiro grau.

Por tais razões, nego provimento ao recurso e mantenho a sentença guerreada em todos os seus termos.

Ante todo o exposto, em harmonia com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso, para que seja mantida em todos os termos a sentença guerreada.

É o meu voto.

Presidiu o julgamento, o Desembargador João Benedito da Silva, dele participando, além de mim Relator, os Desembargadores Márcio Murilo da Cunha Ramos e Aluizio Bezerra Filho (Juiz de Direito convocado para substituir o Exmo. Des. Arnóbio Alves Teodósio).

Presente à sessão de julgamento o Excelentíssimo Senhor Doutor José Roseno Neto, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões “Des. Manoel Taigy de Queiroz Melo Filho” da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2017.

João Pessoa, 07 de março de 2017.

Carlos Martins Beltrão Filho
- Relator -